

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br



“Até cortar os próprios defeitos pode ser perigoso. Nunca se sabe qual é o defeito que sustenta nosso edifício inteiro”
Clarice Lispector

DF sob dupla ameaça: além de perda no Fundo Constitucional, o fim da arrecadação de ISS

A saúde financeira da capital federal está sob um risco maior do que se pensa. A ameaça de desidratação, e fatal, dos cofres públicos vem da Reforma Tributária e do novo Arcabouço Fiscal. A primeira acabará com a arrecadação de ISS dos municípios. Brasília, por ter um perfil híbrido tributário, sendo estado e município ao mesmo tempo, será prejudicada. O ISS hoje é a segunda arrecadação local mais importante.



Reações contra a mudança no FC: Fecomércio e Sebrae



“Isso pode realmente prejudicar bastante tanto as áreas de segurança, saúde e educação e levar o Distrito Federal a uma grande dificuldade de gestão. Não é justo se mexer em algo consolidado e de direito da capital federal. Somos contra qualquer tentativa que gere instabilidade financeira, prejudicando todos que aqui habitam e trabalham”, frisou José Aparecido Freire, presidente do Sistema Fecomércio, Sesc e Senac no DF.

Divulgação



Para celebrar a África

No sábado, das 16h às 22h, o MAB será palco de um desfile de moda com trajes fornecidos por 32 países africanos, reunindo representantes de embaixadas, do setor produtivo e do governo, além de ser aberto ao público. Faz parte de programação especial do Dia Mundial da África, celebrado amanhã.

FGV esclarece que não direcionou corte no Sesc

A polêmica travada no Senado sobre a proposta de remanejar 5% do orçamento do Sesc e Senac para a Embratur poderá ter desfecho hoje. Está prevista a votação no plenário. Como respaldo favorável à medida, a Embratur menciona estudo da FGV. A entidade, no entanto, esclareceu que não apontou percentual de corte de recursos das duas entidades.

Variados caminhos

Em documento oficial, informou: “Tal levantamento, de natureza preliminar, apontou variados caminhos possíveis, a serem seguidos individualmente ou conjuntamente para composição de fonte de custeio, como, por exemplo, adequação de fundos federais (Fundo Aeroviário, Fundo Nacional da Aviação Civil, Novo Fungetur), criação ou adequação de loteria do Turismo, IOF sobre gastos no exterior, Fundo de Endowment, fatia do Sesc e Senac, entre vários outros”.

R\$ 3 bilhões
É a projeção de perda anual para o DF sem o ISS

Divergência

O segundo rombo nas contas públicas será provocado pela proposta do deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), relator do Arcabouço Fiscal, que altera a forma de correção do Fundo Constitucional do DF. Ao contrário do que o parlamentar diz, os técnicos da área econômica do DF afirmam que a mudança representará grande perda.

Presenças

Todos os estados estarão representados por seus líderes. Estão confirmadas também as presenças do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, no encontro, às 10h, no Brasil 21, além do relator da reforma tributária, deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Defesa

Apesar de o tema não estar na pauta oficial, Ibaneis vai se posicionar sobre o Fundo Constitucional e fazer um apelo de apoio à preservação dos recursos, no sentido de que a questão não é um problema regional e específico. Mas que afeta a capital do país que representa, acolhe todos os estados e Poderes da União.



“O Sebrae sempre apoiou e defendeu os empresários, geradores de emprego, pelo desenvolvimento econômico do DF. E, neste momento, não seria diferente. Nos unimos ao setor produtivo e aos políticos, que representam a nossa capital federal, em defesa do Fundo Constitucional, para a segurança do ambiente econômico e empresarial da região”, afirmou Rose Rainha, superintendente do Sebrae-DF.

Renato Alves/Agência Brasília



Apelo na reunião dos governadores

Depois de ter atravessado grave crise institucional em decorrência do 8 de janeiro, o governador do DF, Ibaneis Rocha, está diante de outro grande problema, agora na área de finanças. Hoje será um dia importante para mobilizar e marcar posição. Ele é o anfitrião em Brasília da reunião do Fórum de Governadores, do qual é o coordenador. E esta será a primeira desde que retornou ao cargo.

ATAQUES / Pela segunda vez, major Flávio Alencar é detido em operação da Polícia Federal. Ele era responsável pela tropa, quando determinou a saída dos policiais militares na via lateral de acesso à Praça dos Três Poderes

Major vai preso novamente

» PABLO GIOVANNI

O major da Polícia Militar do Distrito Federal (PM-DF) Flávio Silvestre de Alencar, voltou a ser preso, agora na 12ª fase da Operação Lesa Pátria, da Polícia Federal. O oficial, anteriormente preso na 5ª fase da operação, tem contra si troca de mensagens em um grupo de WhatsApp que colocam em cheque o seu papel nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, que ocasionaram na invasão dos prédios dos Três Poderes.

Alencar era responsável pela tropa do Batalhão de Choque da corporação nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Segundo as investigações, ele determinou a saída dos policiais militares na via lateral de acesso à Praça dos Três Poderes. Na operação de ontem, o major foi o único preso pela PF.

A reportagem apurou que agentes da PF encontraram, durante as investigações, troca de mensagens em um grupo de policiais militares, em dezembro do ano passado, com Alencar

afirmando que, “na primeira manifestação, é só deixar invadir o Congresso”. As mensagens foram encontradas no telefone do tenente Pereira Martins — alvo da 5ª fase da Lesa Pátria. A informação foi repassada inicialmente pelo G1 e confirmada pelo **Correio**.

Com a revelação de novos elementos, a corporação entendeu ser necessário a prisão do oficial para não comprometer o avanço das investigações. A PF também cumpriu outros quatro mandados de busca e apreensão em endereços do Distrito Federal, por determinação do ministro Alexandre de Moraes.

À época, após ser preso com outros três policiais militares na 5ª fase da Lesa Pátria — entre eles o ex-comandante do DOP Jorge Eduardo Naim, ainda preso —, o oficial explicou, em depoimento à PF em fevereiro, que determinou o recuo da tropa de Choque para socorrer o então comandante-geral da PM-DF, coronel Fábio Augusto Vieira.

De acordo com o oficial, ele recebeu chamados de um ajudante de ordens do então

STF/Divulgação



O bloqueio da tropa de choque, que contava com blindado, estava montado a 500 metros do STF

comandante-geral, que estava sendo cercado dentro do Congresso Nacional. Alencar, então, em uma viatura, foi no bloqueio dos policiais e explicou para o tenente Rafael Pereira Martins a situação, e pediu a retirada de

16 policiais para a operação de salvamento do coronel Fábio — que foi agredido com um cone na cabeça.

No entanto, todas as viaturas — e ônibus — deixaram o bloqueio. O oficial também afirmou

que o efetivo do Choque era insuficiente, mas que ele não é o responsável por determinar o número de policiais para operações do tipo. Além disso, havia pouco armamento químico para combater a ofensiva dos invasores.

Toda a ação foi filmada pelo circuito interno do STF, o que resultou na invasão dos prédios da corte, do Congresso e do Planalto, tomando conta da Praça dos Três Poderes.

CPI aponta em falhas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa (CLDF) pretende prorrogar os trabalhos. O pedido pelos distritais, no entanto, só deve ocorrer após o recesso parlamentar de julho. “Nossa última oitiva ocorrerá em 29 de junho. Depois a Casa entrará em recesso. Vamos aproveitar esse tempo para avaliar o que foi produzido e pedir mais tempo”, explica o relator Hermeto (MDB).

Até o momento foram ouvidos empresários, integrantes da Secretaria de Segurança Pública, oficiais da PMDF e um general do Exército Brasileiro. Na avaliação dos membros da CPI, com o que se tem de apurado, é notório que houve erro no planejamento.

GREVE

Professores terão corte no ponto

» CARLOS SILVA*

Representantes do Sindicato de Professores do DF (Sinpro-DF) se reúnem hoje com o Governo do Distrito Federal (GDF). O objetivo é retomar às negociações sobre a greve dos educadores da rede pública da capital. O encontro vem logo após a Secretaria de Educação ter determinado o

corte do ponto dos docentes que aderiram ao movimento, e o Executivo local ter pedido o bloqueio de R\$ 3 milhões sobre a contribuição sindical destinada a entidade que representa a categoria.

Segundo o professor Dimas Rocha, diretor jurídico do Sinpro-DF, os últimos fatos não impactaram o movimento. “A greve não perdeu adesão. Acreditamos que

esse é um movimento legítimo. Estamos, na verdade, recorrendo dessa decisão. Nessa reunião contamos com o bom senso do governo para apresentar proposta que atenda às nossas demandas”, explicou.

A Procuradoria Geral do DF (PGDF) informou que pedirá ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

(TJDFT) que dobre a multa de R\$ 300 mil aplicada ao Sinpro-DF após decisão da Justiça que declarou o movimento grevista ilegal, além do bloqueio de R\$ 3 milhões da contribuição sindical. A Secretaria de Educação determinou, ainda, o corte do ponto de todos os professores e de benefícios.

Pauta trancada

Em reação ao ato do governo, a Câmara Legislativa (CLDF)

pretende trancar a votação de pautas do Executivo local até a negociação com a categoria. Em reunião do Colégio de Líderes da Casa, ontem, o tom foi de repúdio. “Entendemos que era muito ruim, com uma reunião amanhã (hoje) e uma assembleia na quinta, o governo anunciar um corte de ponto e bloqueio de contas. É uma ação que mostra pouca disposição ao diálogo”, explicou o distrital Gabriel Magno (PT).

A expectativa é de que o líder

do governo na CLDF, Robério Negreiros (PSD) e o presidente do Legislativo local, deputado Wellington Luiz (MDB), convençam o governador a mudar a decisão. “Pedimos aos dois para tentar mobilizá-lo (governador) contra essa ideia. Essa coisa dos bloqueios das contas dos sindicatos nunca aconteceu na história do DF”, comentou Gabriel Magno.

*Estagiário sob a supervisão de Suzano Almeida